



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

REGULAMENTO INTERNO DO ATL



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

Capítulo I

Disposições Gerais

Norma I

Âmbito de Aplicação

O Centro de Actividades de Tempos Livres da Junta de Freguesia de Adaúfe rege-se pelas normas que se seguem.

Norma II

Objectivos do regulamento

O presente regulamento interno visa:

1. Promover o respeito pelos direitos das crianças, nomeadamente da sua dignidade e intimidade da sua vida privada;
2. Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do estabelecimento;
3. Promover a participação das crianças e dos seus familiares e/ou representantes legais ao nível desta resposta social.

Norma III

Serviços mínimos assegurados e actividades complementares desenvolvidas

Como contrapartida do pagamento da mensalidade estabelecida, são assegurados os seguintes serviços:

- a) Componente lectiva: ateliers de actividades diversas;
- b) Componente de Apoio à Família, prolongamento de horário;
- c) Actividades extra curriculares.

Capítulo II

Processo de selecção e admissão

Norma IV

Condições de admissão

São condições de admissão neste estabelecimento:

- a) Crianças que frequentam a pré-escola e o 1º ciclo;



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

- b) Efectuar a inscrição e respectivo pagamento;
- c) Efectuar o pagamento do seguro escolar;
- d) Não ter qualquer dívida na instituição, nomeadamente valores referentes ao ano lectivo em curso ou, eventualmente, a anos lectivos anteriores;
- e) Aceitação do presente regulamento.

Norma V

Inscrição

1. As inscrições funcionam dos 15 dias antecedentes à realização de cada período de funcionamento do ATL e efetuadas na Junta de Freguesia de Adaúfe.
2. Para efeitos de admissão, o encarregado de educação/representante legal deverá proceder ao preenchimento de uma ficha de inscrição que constitui parte integrante do processo da criança, devendo fazer prova das declarações efectuadas, mediante a entrega de cópia dos seguintes documentos:
 - a. Bilhete de identidade/ Cartão Único ou cédula pessoal da criança e do encarregado de educação/representante legal;
 - b. Contactos telefónicos do encarregado de educação ou representante legal da criança;
 - c. Boletim de vacinas ou identificação sobre a situação das vacinas, alergias e identificação do grupo sanguíneo;
 - d. Informação sobre alergias, intolerâncias alimentares e/ou da necessidades de dietas específicas;
 - e. Cartão do utente do Serviço Nacional de Saúde ou de qualquer outro subsistema a que a criança pertença;
 - f. Declaração do encarregado de educação com indicação explícita a quem poderá ser entregue a criança.
3. Em situações especiais pode ser solicitada certidão da sentença judicial que regule o poder paternal.



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

Norma VI

CrITÉrios de Selecção

1. Sempre que a capacidade do estabelecimento não permita a admissão do total de crianças inscritas, as admissões far-se-ão de acordo com os seguintes critérios de prioridade:
 - a. Crianças que tenham frequentado a instituição no ano anterior, sendo que neste critério prevalece a antiguidade de frequência da criança no Centro;
 - b. Ausência ou incapacidade de os pais em assegurar aos filhos cuidados necessários ou crianças em situação de risco;
 - c. Crianças de famílias monoparentais;
 - d. Crianças de famílias numerosas;
 - e. Crianças com irmão(s) a frequentar a instituição;
 - f. Crianças residentes ou cujos pais trabalhem na área de implantação da instituição;
 - g. Crianças cujos pais são trabalhadores da instituição;
 - h. Crianças cujas mães trabalhem fora de casa.
2. Na apreciação destas regras deverão ser prioritariamente considerados os agregados de mais fracos recursos económicos. Não se verificando nenhum destes parâmetros, prevalece o critério da antiguidade da pré-inscrição.

Norma VII

Admissão

1. A admissão de crianças no estabelecimento é da responsabilidade da Junta de Freguesia e será feita de acordo com as normas constantes no presente regulamento.
2. Aquando da inscrição, será entregue ao encarregado de educação/representante legal uma cópia do presente Regulamento.



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

Capítulo III

Regras de Funcionamento

Norma VIII

Lotação do estabelecimento

O estabelecimento tem a lotação máxima de 50 crianças.

Norma IX

Administração e Coordenação do ATL

A Administração dos serviços pedagógicos do ATL é da competência da Junta de Freguesia de Adaúfe, e a coordenação será assumida por uma Educadora de Infância, cujo nome será afixado em local visível.

Norma X

Quadro de pessoal

1. Para assegurar o regular funcionamento e a manutenção, higiene e limpeza do equipamento, o estabelecimento será dotado de quadro de pessoal de acordo com o número de crianças inscritas, cumprindo a legislação em vigor.
2. O Centro reserva-se ao direito de aceitar voluntários, comprometendo-se nesses casos a garantir que se tratem de pessoas idóneas, que não representem qualquer risco para as crianças e que tenham ou estejam adquirir total capacidade/formação para lidar directamente com a criança, ainda que possam necessitar da supervisão de um técnico qualificado.

Norma XI

Funcionamento

1. O estabelecimento funciona diariamente de 2.^a a 6.^a feira, de acordo com as pausas escolares afixadas anualmente por Portaria do Governo, nomeadamente Férias de Natal, Carnaval, Páscoa e Verão.
2. O horário do estabelecimento é das 08.00 horas às 19:00 horas.
- 3.



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

Norma XII

Refeições

As refeições serão diárias e serão asseguradas durante o período de funcionamento do Centro, nos seguintes termos:

- a) Almoço (das 12:00 horas às 14:00 horas) e lanche (das 17:30 horas às 18:00 horas);
- b) As ementas são rotativas e afixadas semanalmente em local visível.
- c) O estabelecimento terá em conta todas as situações justificadas por declaração médica, de alergia a qualquer alimento, bem como necessidade de dieta.

Norma XIII

Higiene das instalações

A limpeza das instalações será efectuada, diariamente, pelo pessoal do estabelecimento.

Norma XIV

Passeios ou deslocações em grupo

- 1. As deslocações em grupo serão as constantes no programa previamente estabelecido para cada ATL.
- 2. Os serviços regulares do Centro não serão assegurados por técnicos e auxiliares, para todas as crianças que não queiram usufruir das actividades referidas no número anterior.

Capítulo IV

Direitos e Deveres

Norma XV

Direitos dos Utentes / Família

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste regulamento, os utentes do CATL tem os seguintes direitos:

- a) Igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, idade, sexo ou condição social;
- b) Utilização dos serviços e equipamentos do estabelecimento disponíveis para a respectiva sala de actividades e espaços de recreio em actividades que digam respeito ao funcionamento do Centro;



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

- c) Participação nas atividades promovidas pelo estabelecimento;
- d) Serem tratados em boas condições de higiene, segurança e alimentação;
- e) Respeito pela sua identificação pessoal e reserva da intimidade privada e familiar;
- f) Não ser sujeito a coação física e psicológica.
- g) Consulta do processo de avaliação e requisição de reuniões, sempre que se venha a verificar essa necessidade.

Norma XVI

Deveres dos Utentes / Família

Consideram-se deveres dos utentes:

- a) Cumprir as normas do estabelecimento de acordo com o estipulado neste regulamento interno;
- b) Participar nas actividades promovidas pelo estabelecimento;
- c) Propor a organização de atividades da valência e não só, quer nas instalações da instituição, quer no exterior;
- d) Pagar a mensalidade fixada até ao dia 08 de cada mês ou qualquer despesa extraordinária da sua responsabilidade;
- e) Cumprir os horários fixados;
- f) Prestar todas as informações com verdade e lealdade, nomeadamente as respeitantes ao estado de saúde;
- g) Informar a Administração ou a Educadora responsável sobre aspectos particulares do seu quotidiano ou do seu comportamento e possíveis alterações;
- h) Respeitar todos os funcionários do estabelecimento;
- i) No caso da criança estar a tomar alguma medicação, entregá-la no estabelecimento juntamente com uma nota/aviso, com a identificação da criança, horário e modo de administração. Quando se trate de medicação que exija prescrição médica, deverá vir acompanhada da cópia dessa mesma prescrição;
- j) Cumprir as normas do regulamento interno.

Norma XVII

Direitos do encarregado de educação ou representante legal



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste Regulamento, o encarregado de educação ou representante legal tem ainda os seguintes direitos:

- a) Ser informado e participar em todas as situações relacionadas com o seu educando, sejam de natureza pedagógica ou outras;
- b) Ser atendido individualmente pelos responsáveis do Centro sempre que tal comprovadamente se justifique;
- c) Apresentar aos responsáveis de serviços ou à Administração quaisquer problemas, críticas ou sugestões que considere necessárias ou pertinentes;

Norma XVIII

Deveres do encarregado de educação ou representante legal

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste Regulamento, o encarregado de educação ou representante legal tem ainda os seguintes deveres:

- a) Ter sempre todos os pagamentos em dia;
- b) Contribuir pelas formas ao seu alcance para uma educação integral das crianças, colaborando na busca de soluções para eventuais problemas que possam surgir;
- c) Assinar toda a documentação que para tal lhe for apresentada, relativa ao processo do seu educando;
- d) Prestar todas as informações com verdade e lealdade, nomeadamente as respeitantes ao estado de saúde do utente, alterações sócio económicas ou outras de particular relevo para a frequência da instituição;
- e) Informar o Responsável sobre aspectos particulares do quotidiano da criança ou do seu comportamento e possíveis alterações;
- f) Ser correcto e educado nos contactos que estabelece com os diferentes colaboradores do Centro;
- g) Participar nas reuniões gerais.

Norma XIX

Direitos dos funcionários

Os funcionários do CATL gozam do direito de serem tratados com educação e urbanidade.

Norma XX



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

Deveres do pessoal

Ao pessoal ao serviço do CATL cabe o cumprimento dos deveres inerentes ao exercício dos respectivos cargos, nos termos da legislação laboral em vigor.

Norma XXI

Direitos dos Voluntários/ Estagiários

- a) Receber apoio no desempenho do seu trabalho bem como todo o acompanhamento necessário;
- b) Ter ambiente de trabalho favorável e em condições de higiene e segurança;
- c) Ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve;
- d) Desenvolver o trabalho de acordo com os seus conhecimentos.

Norma XXII

Deveres dos voluntários/ Estagiários

- a) Observar as normas que regulam o funcionamento do Centro;
- b) Zelar pela boa utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios ao seu dispor;
- c) Colaborar com os profissionais do Centro, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas.

Capítulo V

Da Segurança e da Saúde

Norma XXIII

Seguro

- 1. O seguro de acidente pessoal é obrigatório;
- 2. Compete ao Centro fazer o seguro de cada criança e jovem;
- 3. O Centro terá que afixar a apólice do seguro, em local visível.



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

Norma XXIV

Da Saúde

1. Em caso de doença ou acidente, o estabelecimento obriga-se a comunicar imediatamente o facto ao encarregado de educação/representante legal da criança que deverá deslocar-se ao estabelecimento e prestar a devida assistência com a maior brevidade possível.
2. Se necessário, serão promovidas diligências para o transporte e internamento em unidade hospitalar da criança que dele careça, tudo ao abrigo do esquema do Serviço Nacional de Saúde e da Segurança Social vigentes.

Norma XXV

Disposições Complementares – Saúde

1. Em caso de doença ou acidente, a Instituição obriga-se a comunicar imediatamente o facto ao encarregado de educação ou representante legal da criança.
2. O encarregado de educação ou representante legal, depois de avisado pelos serviços, conforme referido no número anterior, será responsável pelo devido acompanhamento da criança na unidade hospitalar.
3. Tratando-se de doença infecto-contagiosa a criança não poderá retomar a frequência do CATL sem uma declaração do médico, assegurando já não haver perigo de contágio.
4. A administração de medicação à criança durante o período de permanência no CATL deverá ser acompanhada de prescrição médica ou constar numa ficha que é fornecida aos pais para preenchimento dos seguintes elementos: nome do medicamento, horário da toma, posologia, motivo porque lhe foi prescrita a medicação e assinatura do encarregado de educação ou representante legal.

Capítulo VI

Da mensalidade

Norma XXVI

Preçário da frequência

1. Deverá encontrar-se afixado em local visível o preçário do Centro respeitante ao período em curso, e dele constar os valores das situações abaixo discriminadas:
 - a. Inscrição;
 - b. Seguro escolar;



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

- c. Valor pela totalidade
- d. Valor independente para cada semana
- e. Valor de cada refeição

Norma XXVII

Prazo de pagamento

1. A Valor definido para cada serviço de ATL deverá ser paga no início de cada ciclo.
2. A falta de pagamento dará à Junta de Freguesia o direito de pôr fim ao serviço prestado.
3. Sempre que o encarregado de educação/representante legal proceda à recolha da criança após as 19.00 horas ser-lhe-á aplicada uma multa de 5,00 € (cinco euros).

Norma XXVIII

Redução da comparticipação familiar mensal

1. Haverá lugar a uma redução de 20% na comparticipação familiar mensal, sempre que se verifique a frequência do mesmo estabelecimento por mais do que um elemento do agregado familiar.
2. Haverá lugar a uma redução de 25% na comparticipação familiar quando o período de ausência por doença, devidamente justificada, exceda 15 dias não interpolados.

Norma XXIX

Revisão Anual do Valor de cada ciclo de ATL

1. O valor a estipular para cada ATL poderá variar de acordo com as atividades a realizar e ainda influenciadas pelo número de crianças em cada sala.
2. Será dado um valor estimativo para se proceder à inscrição, sendo corrigido se necessário antes do início das atividades.

Capítulo VII

Disposições Finais

Norma XXX

Cessação da Prestação de Serviço

Em caso de desistência da frequência dos serviços do CATL, o encarregado de educação ou representante legal da criança deverá comunicar esse facto por escrito.



JUNTA DE FREGUESIA DE ADAÚFE

Regulamento Interno do ATL

Norma XXXI

Alterações ao regulamento

Nos termos da legislação em vigor, os responsáveis do Centro deverão informar o encarregado de educação/representante legal da criança sobre quaisquer alterações ao presente regulamento com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor.

Norma XXXII

Integração de lacunas

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas serão corrigidas pelo Executivo da Junta de Freguesia que as proporá para aprovação à Assembleia de Freguesia

Norma XXXIII

Entrada em vigor

1. O presente regulamento entra em vigor após a aprovação em Assembleia de Freguesia.
2. Aquando da inscrição da criança, deverá ser dado um exemplar deste regulamento ao seu encarregado de educação/representante legal.